



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN**  
SETOR DE LICITAÇÃO  
Praça Fabião das Queimadas, 700, Centro – CEP: 59.430-000

**Processo nº /2025**

**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação

**Interessado:** Secretaria Municipal de Educação

**Objeto:** Contratação de show artístico

### **PARECER JURÍDICO**

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. PROFISSIONAL DO SETOR ARTÍSTICO. INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO. LEI Nº 14.133/2021.

### **DO RELATÓRIO**

Tratam os autos de processo administrativo, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Lagoa de Velhos/RN, para contratação de profissional do setor artístico, Emanuel Sanfoneiro e Banda, para apresentação cultural em praça pública, no **São Julhão da EJA**.

Justificou a respectiva solicitação, através do DFD, indicando o que segue:

- 2.1. A presente justificativa tem como finalidade embasar a contratação do artista Emanuel Sanfoneiro, consagrado no cenário artístico-cultural regional, para apresentação musical no evento “São Julhão da EJA”, que ocorrerá no dia 11 de julho de 2025, em praça pública no município de Lagoa de Velhos/RN.
- 2.2. O São Julhão da EJA é uma festividade tradicional promovida pelo município com o intuito de valorizar a cultura popular nordestina, fortalecer o vínculo entre a comunidade escolar da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a população em geral, além de preservar manifestações culturais como o forró pé-de-serra, quadrilhas, comidas típicas e apresentações artísticas.
- 2.3. A contratação de Emanuel Sanfoneiro se justifica pelo seu reconhecimento como artista de notório talento e prestígio na região, com ampla atuação em eventos culturais de natureza similar em municípios vizinhos e festividades juninas, contribuindo significativamente para a valorização da música nordestina autêntica. Sua apresentação trará ao evento um forte apelo cultural e popular, além de estimular o sentimento de pertencimento e identidade cultural da comunidade local

Após a instrução processual, vieram os autos a esta Assessoria para análise e emissão do respectivo Parecer Jurídico.

### **DO MÉRITO**

#### **I. Da inexigibilidade de licitação**

A Lei de Licitações dispõe sobre a contratação direta, cabível em situações fáticas em que não seja possível ou que seja inexigível realizar a disputa, devendo, no entanto, observar a vantajosidade, os requisitos legais e a compatibilidade ao serviço a ser contratado, conforme segue:



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN**  
SETOR DE LICITAÇÃO  
Praça Fabião das Queimadas, 700, Centro – CEP: 59.430-000

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

II - **contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo**, desde que **consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública**;

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do caput deste artigo, considera-se **empresário exclusivo** a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que **ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico**, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.

Observe-se que referido comando legal permite a contratação direta do **profissional de qualquer setor artístico em função do caráter personalíssimo de seu trabalho, em razão da inviabilidade de competição**, eis que não haveria critério objetivo de julgamento, sendo impossível identificar um ângulo único e determinado para diferenciar as diversas performances artísticas, devendo atender a alguns requisitos, que passamos a analisar adiante.

Da análise dos autos, em que pese a indicação do profissional Emanuel Sanfoneiro, restou observado os documentos e certidões com nome divergente, pelo que **RECOMENDA a Secretaria solicitante informar se trata da mesma pessoa ou, em caso negativo, comprovar a respectiva representação**.

## II. Da consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública

A consagração de um artista, seja pela crítica especializada ou pela opinião pública pode ser manifestada de documentos que demonstrem a popularidade do seu trabalho, reconhecido e admirado, ainda que no contexto local ou regional.

Da análise dos autos, observou-se através da Justificativa do Preço e Razão da Escolha, o que segue:

Justifica-se a escolha da contratação do Sr. ODIERE LUIDE DE OLIVEIRA – CPF: 718.777.414-18, tendo em vista a sua consagração, notoriedade e reconhecimento na região, sendo um artista amplamente conhecido pelo público local, com um repertório de música nordestina, o que garante a adesão do público e a valorização da cultura local.

A apresentação do artista será viabilizada diretamente, conforme documentação comprobatória anexada, através de fotos do artista e de suas redes sociais, com comprovações de apresentações em cidades vizinhas, garantindo o cumprimento dos requisitos legais para a contratação por inexigibilidade.

Quanto aos valores propostos, em atendimento ao disposto no § 4º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, foram anexados comprovantes de recebimento de valores referentes a apresentações anteriores do artista, demonstrando, por meio idôneo, a compatibilidade dos preços praticados com o valor proposto ao Município.

Saliente-se que não se pode **não se pode privar a Administração Pública, em qualquer de suas expressões federativas, de fomentar a cultura**, estimulando-se o acesso a outros estilos e manifestações culturais, independente de costumes e tradições regionais.

Diante disto, é imprescindível, **seja reconhecida, ao menos no âmbito municipal**, a consagração pela crítica especializada ou se faça notória a aceitação pública do artista a ser contratado, **pelo que restou demonstrado através da justificativa acima exposta, além de portfólio e imagens de apresentações**.

Com relação à disposição da contratação direta, ou por meio de empresário exclusivo, tal disposição decorre da própria natureza do mercado artístico, da qual o acesso a determinados profissionais ocorre **diretamente ou por meio de um representante legal, desde que exclusivo**.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN  
SETOR DE LICITAÇÃO  
Praça Fabião das Queimadas, 700, Centro – CEP: 59.430-000

### III. Da instrução processual

Quanto à instrução processual, RECOMENDA-SE sejam observados os requisitos apontados pela Lei nº 14.133/2021<sup>1</sup>, para os processos de contratação direta, pelo que restou observada a sua abertura do processo através do DFD e Termo de Referência, verificação da dotação orçamentária, e certidões de regularidade fiscal do Contratado.

Ainda quanto aos valores, **em que pese a justificativa de que os preços são compatíveis com apresentações anteriores do artista, RECOMENDA-SE a sua juntada nos autos**, conforme segue:

Art. 23. [...] § 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, **o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza**, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes **no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.**

Da análise da minuta do contrato, observa-se constarem as cláusulas necessárias para a contratação, inferindo-se pela sua viabilidade.


Quanto à publicidade dos atos, a Lei de Licitações priorizou a divulgação das contratações por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), além da exigência de que o **ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá** ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, pelo que RECOMENDA-SE.

Com relação à formalização do procedimento administrativo, RECOMENDA-SE que sejam colhidas todas as assinaturas faltantes antes da respectiva publicação.

### CONCLUSÃO

Diante das considerações apontadas e do enquadramento em hipótese de Inexigibilidade de licitação, opina-se, pela viabilidade da contratação, desde que observados os procedimentos e requisitos legais, além das recomendações acima apontadas.

É o parecer, que submeto à consideração superior.

  
**Monalisa Cavalcante Barra**  
Assessora Jurídica

Lagoa de Velhos/RN, 10 de julho de 2025.

<sup>1</sup> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - **documento de formalização de demanda** e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - **estimativa de despesa**, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - **demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários** com o compromisso a ser assumido;
- V - **comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária**;
- VI - **razão da escolha do contratado**;
- VII - **justificativa de preço**;
- VIII - **autorização da autoridade competente**.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato **deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial**.